

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia possui um montante R\$270.616 mil de intangível decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs S.A. A Companhia registrou em 2023 o montante total de R\$15.884 mil referente à amortização do intangível, o qual inclui a parcela de R\$3.622 mil correspondente à amortização que deveria ter sido reconhecida em 2022. Consequentemente, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está registrado a menor no montante de R\$3.622 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 28 de abril de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

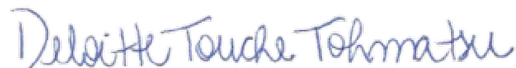
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

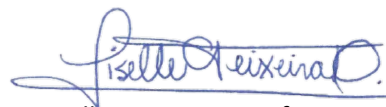
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Gisella C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Ativo</u>				<u>Passivo</u>			
Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Circulante	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.273	134	Fornecedores	10	1.546	80
Tributos a recuperar	7	160	107	Tributos a recolher		1	-
Partes relacionadas	12	7.398	2.567	Partes relacionadas	12	1.098	-
Outras contas a receber	8	-	53	Total passivo circulante		2.645	80
Total do ativo circulante		8.831	2.861				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
				Capital social subscrito		298.966	220.000
				Capital social a integralizar		-	(60.000)
				Reserva legal		210	-
				Reserva de lucros		2.994	-
				Prejuízos acumulados		-	(4.081)
Não circulante				Total atribuído aos acionistas		302.170	155.919
Investimentos	9	295.984	153.138				
Total do ativo não circulante		295.984	153.138	Total patrimônio líquido		302.170	155.919
Total do ativo		304.815	155.999	Total passivo e Patrimônio líquido		304.815	155.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2023	31/12/2022
	Nota		
Despesas gerais e administrativas	15	(16.499)	(478)
Resultado com participações societárias	9	24.521	4.069
Lucro operacional		8.022	3.591
Receitas financeiras	16	263	472
Despesas financeiras	16	(3)	(8.144)
Resultado financeiro		260	(7.672)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		8.282	(4.081)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.282	(4.081)
Lucro (prejuízo) básico atribuível por lote de mil ações		0,0453	(0,0311)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.**Demonstração do resultado abrangente****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	8.282	(4.081)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>8.282</u>	<u>(4.081)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos acumulados)	Total do patrimônio líquido
Nota							
Em 10 de fevereiro de 2022		-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.081)	(4.081)
Aumento de capital		220.000	(60.000)	-	-	-	160.000
Em 31 de dezembro de 2022		220.000	(60.000)	-	-	(4.081)	155.919
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.282	8.282
Cancelamento de ações não integralizadas	14	(60.000)	60.000	-	-	-	-
Redução de capital	14	(12.600)	-	-	-	-	(12.600)
Incorporação	1.1	151.566	-	-	-	-	151.566
Reserva legal	14	-	-	210	-	(210)	-
Reserva de lucros		-	-	-	2.994	(2.994)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(997)	(997)
Em 31 de dezembro de 2023		298.966	-	210	2.994	-	302.170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022****(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		8.282	(4.081)
Ajustes de receitas e despesas			
Resultado com participações societárias	9	(24.521)	(4.069)
Juros, variações monetárias - debêntures		-	7.456
Amortização	9	15.884	-
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar		(53)	(107)
Partes relacionadas		101	(6)
Outras contas a receber	8	53	(53)
Fornecedores	10	1.466	80
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		1	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		1.213	(780)
Juros pagos de debêntures		-	(4.501)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		1.213	(5.281)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de participação societária		-	(151.630)
Partes relacionadas - recebimento de dividendos		11.025	-
Redução de capital de controladas	9	2.240	-
Ajuste aquisição preço de aquisição	9	(1.739)	-
Saldo de caixa de Incorporação	1.1	1.000	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		12.526	(151.630)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		-	160.000
Custo colocação de debêntures		-	(2.955)
Pagamento de debêntures		-	(160.000)
Aumento de capital		-	160.000
Redução de capital	14	(12.600)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(12.600)	157.045
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.139	134
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		134	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.273	134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em de 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., ("Companhia"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, foi constituída em 10 de fevereiro de 2022 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista, podendo, por deliberação do Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. e como controladora final o Pátria Infraestrutura FIP IE. ("Pátria").

Em 30 de junho de 2022 a Companhia, juntamente com a investida do Pátria, Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da companhia Essentia PCHs S.A.

(a) Aquisição da companhia Essentia PCHs S.A. e suas controladas

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu a operação de compra de 16% das ações da Essentia PCHs S.A. e suas controladas pelo valor total de R\$ 151.630 (nota explicativa nº 9). Com a aquisição de 16%, a Companhia não adquiriu o controle da Essentia PCHs, mas devido ao controle comum, conforme artigo 248 da lei 6.404/76, utiliza o método de equivalência patrimonial.

A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Empresa	31/12/2023	31/12/2022	Tipo de geração
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	Hidrelétrica

A seguir demonstramos a composição do preço de aquisição:

Preço de aquisição	Laudo de alocação do preço de compra - Total	Parcela da aquisição feita pela Companhia (16%)
Parcela liquidada à vista na data de fechamento da transação	947.686	151.630
Saldo a pagar (i)	8.359	1.337
	<u>956.045</u>	<u>152.967</u>

- (i) Saldo relativo a ajustes no preço de aquisição. A variação entre o capital de giro líquido e a dívida líquida usada como base da transação e o valor atualizado na data base do fechamento da operação foi de R\$ 1.872, pago pela Companhia em julho de 2022. O valor restante de R\$ 6.487 é relativo a saldo condicionado ao recebimento de valores de impostos a recuperar na data da transação. Desse saldo a pagar de R\$ 6.487, foi realizado durante o exercício de 2023 o montante de R\$ 6.093, gerando um ajuste proporcional do preço considerando o percentual de participação da Companhia no montante de R\$ 1.739. Do montante remanescente total a ser pago (R\$ 394), a Companhia possui o saldo proporcional de 31,8% de R\$ 125.

Como resultado da alocação preliminar do preço de compra, foi apurada a existência de mais valia relacionada ao Intangível de contrato de autorização, conforme a seguir:

	Total
Valor justo pago pelas ações adquiridas (16%)	151.630
(-) 16% do valor do patrimônio líquido da Essentia PCHs e suas controladas	<u>(16.322)</u>
Mais valia paga por diferença de valor justo dos ativos líquidos	<u>135.308</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devido ao ajuste no preço de aquisição o saldo teve uma adição de R\$ 1.739, conforme nota explicativa nº 9.

A técnica de avaliação do valor justo dos contratos de distribuição foi avaliação por abordagem da Renda utilizando o método MPEEM (*Multi Period Excess Earnings Method*), com a vida útil contratual referente à autorização de cada SPE.

1.1 Principais movimentações do exercício de 2023

(a) Reorganização Societária - Incorporação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2023 os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade o protocolo de Incorporação ("Incorporação") da Infraestrutura Brasil Holding XXIII S.A ("IBH XXIII"), sociedade ligada a Companhia. A referida Incorporação foi efetuada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, na data base de 19 de maio de 2023, baseados no valor patrimonial contábil da IBH XXIII.

Em decorrência da Incorporação, o patrimônio líquido da Companhia aumentou em R\$ 151.566 mil, na exata proporção do acervo líquido incorporado, sendo o referido aumento integralmente destinado à conta de capital social, com a integralização de 151.566.379 ações ordinárias em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado. A IBH XXIII possuía participação de 16% na também investida da Companhia, Essentia PCHs S.A., desta maneira a participação

da Companhia no capital da investida aumentou na mesma proporção, alterando de 16% para 31,8%. Essa incorporação faz parte de uma otimização da estrutura societária do Grupo, por meio da centralização de ativos e passivos das Sociedades, tendo em vista a consequente eliminação de atividades econômicas sobrepostas entre as Sociedades.

O acervo líquido incorporado na data da efetivação da incorporação em 19 de maio de 2023 está composto abaixo:

Ativo	19.05.2023	Passivo e patrimônio líquido	19.05.2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.000		
	1.000	Patrimônio líquido	
Não circulante		Capital social	151.567
Investimentos	150.566	Prejuízos acumulados	(1)
	150.566		151.566
Total do Ativo	151.566	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	151.566

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1 Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

2.5 Investidas

Abaixo a relação das investidas diretas e indiretas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Investida direta

Essentia PCHs S.A.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu a operação de compra de 16% das ações da investida. O valor da compra foi de R\$ 151.360. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a participação da Companhia na investida alterou de 16% para 31,8%, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 (a).

A Essentia PCHs S.A. com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Investidas indiretas

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa no 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa no 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Concessionária de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluentes G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluentes G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas

usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4 GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Nota	Vencimentos				Total Geral
		Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	10	1.546	-	-	-	1.546
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	10	80	-	-	-	80

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades das investidas da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre essas atividades.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas das investidas participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados das investidas da Companhia.

Adicionalmente, às usinas das investidas participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) (“Garantia Física”). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação às usinas das investidas, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua garantia física a elas atribuídas o que pode ocasionar a redução de suas garantias físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados das investidas Companhia.

As investidas da Companhia possuem uma política de “comercialização” de energia que é implementada pela sua área comercial e pelo seu comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas investidas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e das investidas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, as investidas da Companhia têm adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário.
3. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4 Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos Financeiros

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.273	134
Partes relacionadas	12	7.398	2.567
Outras contas a receber	8	-	53
Ao custo amortizado		8.671	2.754

Passivos Financeiros

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	10	1.546	80
Ao custo amortizado		1.546	80

5 ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a	01.01.2023

junho de 2020 e dezembro de 2021) abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em banco e em caixa	45	45
Recursos em aplicações financeiras	1.228	89
	1.273	134

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100,50% CDI, em 31 de dezembro de 2023 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	31/12/2023	31/12/2023
Circulante		
IRRF	160	107
	160	107

8 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	-	53
	-	53

9 INVESTIMENTO

Política contábil

Os investimentos em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, mas não tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela, não são consolidados.

Devido ao controle comum, conforme artigo 248 da lei 6.404/76, o investimento na Essentia PCHs é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detém 31,8% da Essentia PCHs.

(a) Movimentação do investimento

	Essentia PCHs S.A.
Participação acionária	16%
Em 01 de janeiro de 2022	-
Aquisição - Patrimônio líquido (i)	16.322
Aquisição - mais-valia (i)	135.308
Equivalência patrimonial	4.069
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.561)
31 de dezembro de 2022	153.138
Participação acionária	32%
Em 01 de janeiro de 2023	153.138
Equivalência patrimonial	24.521
Incorporação (ii)	150.566
Ajuste preço de aquisição (iii)	1.739
Dividendos distribuídos	(8.464)
Redução de capital	(2.240)
Amortização mais-valia	(15.884)
Dividendos mínimos obrigatórios	(7.392)
31 de dezembro de 2023	295.984

- (i) O valor contábil do custo de aquisição de 16% de participação na Essentia PCHs e suas controladas foi de R\$ 16.322. A diferença entre o valor pago e o valor contábil foi de R\$ 135.308 em 2022.
- (ii) A Companhia aumentou a participação societária na Essentia PCHs S.A de 16% para 31,8% devido a Incorporação realizada em 19 de maio de 2023 conforme NE 1.1 (a), sendo que R\$ 135.308 desse montante incorporado é referente a mais valia paga por diferença de valor justo dos ativos líquidos quando da aquisição da Essentia PCHs. Esse montante é amortizado considerando o prazo das autorizações de cada SPE em uma média de 4% a.a.
- (iii) Ajuste de preço de aquisição da investida conforme descrito na nota explicativa n°1 (a).

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da investida:

<u>Essentia PCHs</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Balanco Patrimonial resumido		
Participação acionária	31,8%	16%
Ativo circulante	128.387	101.329
Ativo não circulante	581.542	646.394
Passivo circulante	86.147	70.456
Passivo não circulante	500.073	565.835
Patrimônio líquido	123.709	111.432
Demonstração de resultado resumida		
Receita líquida de vendas	-	-
Lucro bruto	-	-
Lucro líquido	92.984	64.022

10 FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Materiais e serviços	1.546	80
	1.546	80

11 DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no

passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Movimentação de Debêntures

	Natureza		Passivo circulante
		(-) Custo de Colocação	
Movimentação	Debêntures	Debêntures	Total
Saldo em 10/02/2022	-	-	-
Ingresso	160.000	(2.955)	157.045
Provisão de juros	4.501		4.501
Amortização de custos de emissão de dívida		2.955	2.955
Liquidação do principal	(160.000)		(160.000)
Liquidação dos encargos	(4.501)		(4.501)
Saldo em 31/12/2022	-	-	-

Debêntures emitidas:

A Companhia realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em duas séries, com vencimento final em 28 de junho de 2025, montante total de R\$ 160.000. A primeira série possuía vencimento em 28 de junho de 2025, e a segunda série em 28 dezembro de 2022. A operação foi 100% resgatada antecipadamente, em 30 de agosto de 2022. As debêntures foram remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a.

12 PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
		Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Empresas	Natureza				
Essentia PCHs S.A	Dividendos	7.392	-	2.561	-
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A	Contas a receber	6	-	6	-
		7.398	-	2.567	-
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A	Dividendos a pagar	-	997	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A	Outras contas a pagar	-	101	-	-
		-	1.098	-	-
Total		7.398	1.098	2.567	-

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios da investida em conformidade com a legislação societária. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023 corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao exercício de 2023, conforme estatuto social de 25%.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 1.880 (R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2022).

13 PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia não possui ações, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis ou possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos.

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Quantidade de			Quantidade de		
	Participação - %	ações	Total	Participação - %	ações	Total
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	100%	298.966.379	298.966	100%	220.000.000	160.000
	100%	298.966.379	298.966	100%	220.000.000	160.000

Em 06 de fevereiro de 2023 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 74.000, sendo R\$ 60.000 através de cancelamento de ações não integralizadas e R\$14.000 através de restituição acionária.

Em 27 de outubro de 2023 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a retificação do cancelamento de ações no montante de R\$ 14.000 para o montante de R\$ 12.600.

Em 30 de maio de 2023 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital da Companhia em decorrência de incorporação no montante de R\$ 151.566.

(b) Reserva legal

É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi constituído reserva legal, após absorção do prejuízo do exercício de 2022, no montante de R\$ 210.

(c) Dividendos

É A Companhia registrou dividendos mínimos obrigatórios relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 997 para seu acionista Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.

(d) Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações

Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	8.282	(4.081)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	182.703	131.050
Lucro (prejuízo) básico atribuível por lote de mil ações	0,0453	(0,0311)

15 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	225	478
Outras despesas operacionais	390	-
Depreciações e amortizações	15.884	-
	16.499	478

16 RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais taxas, tarifas e multas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	-	(4.501)
Amortização de custos de emissão de dívida	-	(2.955)
Outras despesas financeiras	(3)	(688)
	<u>(3)</u>	<u>(8.144)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(3)</u>	<u>(8.144)</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	250	472
Outras receitas financeiras	13	-
	<u>263</u>	<u>472</u>
Total das receitas financeiras	<u>263</u>	<u>472</u>
Resultado financeiro	<u>260</u>	<u>(7.672)</u>

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no regime de tributação do lucro real.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro contábil antes dos impostos	8.282	(4.081)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(2.816)	1.387
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(5.521)	(2.770)
Resultado de equivalência patrimonial	8.337	1.383
Encargo fiscal	-	-
Corrente	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o prejuízo acumulado no montante de R\$ 5.521, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização do valor.

18 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 12 de março de 2024, por meio de uma reorganização societária, a Companhia ampliou sua participação na Investida Essentia PCHs S.A., através de aporte de investimento da Controladora final Patria Infraestrutura FIP IE, aumentando seu percentual de participação de 31,8% para 49%.

* * *